



## **Educação Ambiental em Parque Estadual: o Projeto Saneamento e Cidadania da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA)**

José Bittencourt da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto expõe e analisa o Projeto de Educação Ambiental Saneamento e Cidadania desenvolvido dentro do Parque Estadual do Utinga (PEUt) pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). O *paper* resulta de informações bibliográficas, documentais e pesquisa qualitativa de campo fortemente marcada pelo viés etnográfico. O texto ressalta as características preservacionistas do projeto analisado, o qual ratifica a hegemonia do viés ideológico-conceitual próprio das análises conservadoras que dominam a EA no estado do Pará.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Parque Estadual do Utinga. Projeto Saneamento e Cidadania.

### **Environmental Education at the State Park: the Project Sanitation and Citizenship of the Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA)**

**Abstract:** This paper exposes and analyzes the Environmental Education developed by the project called Sanitation and Citizenship developed within the Parque Estadual do Utinga (PEUt) by the Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). The paper is the results from bibliographic, documentary information and qualitative research strongly marked by ethnographic perception. The text shows the preservationists characteristics of the project, which ratified the hegemony of ideological and conceptual current conservative, that dominate the Environmental Education in the state of Pará.

**Keywords:** Environmental Education. Parque Estadual do Utinga. Sanitation and Citizenship Project.

## **1. INTRODUÇÃO**

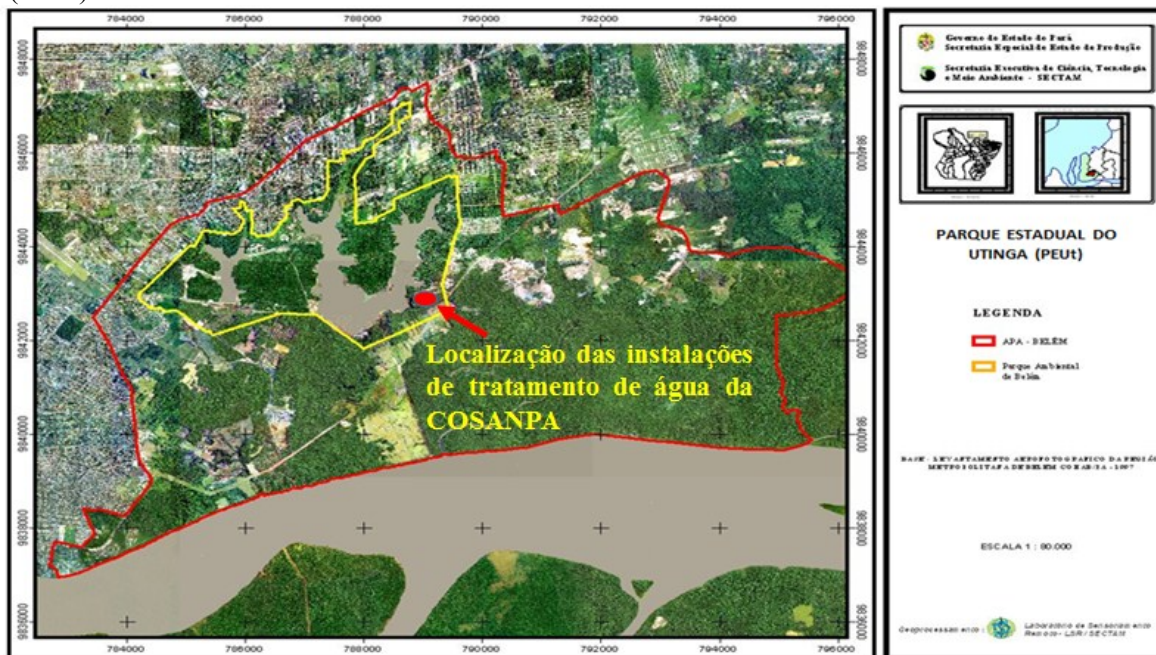
O Parque Estadual do Utinga (PEUt) é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral (BRASIL, 2000) e pode ser considerado como um patrimônio natural, cultural,

---

<sup>1</sup> Sociólogo e especialista em Ciência Política (IFCH/Universidade Federal do Pará – UFPA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Ciências Ambientais (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA). Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação (ICED)/ Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA). E-mail: [jbsilva@ufpa.br](mailto:jbsilva@ufpa.br)

histórico e paisagístico do Estado do Pará. Criado para preservar e assegurar a qualidade da água dos mananciais dos lagos Bolonha e Água Preta, o Parque constitui-se como uma pequena fração territorial do bioma Amazônia. Por estar localizada em área urbana, a Unidade tem sofrido com o processo de crescimento populacional sem política habitacional e, por isso, enfrenta problemas relacionados ao desmatamento, aterramento de canais e proliferação de pequenas lixeiras a céu aberto, dentro e no entorno da UC.

Mapa 1: Área de Proteção Ambiental (APA) de Belém em vermelho e Parque Estadual do Utinga (PEUt) em Amarelo.



Fonte: Setor de Geoprocessamento da SEMAS, 2010. Modificado por José Bittencourt da Silva, 2015.

O presente *paper* expõe e analisa o Projeto de Educação Ambiental (EA) “Saneamento e Cidadania” desenvolvido dentro do PEUt pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Inicialmente voltado para a conscientização da população que vive no entorno do Parque, atualmente este projeto recebe pessoas de instituições e organizações diversificadas. “Depois de atender as escolas públicas, o projeto estendeu-se para escolas particulares, praças, hospitais, igrejas, grupos religiosos, centros comunitários, grupo de menores infratores entre outros” (Técnica Social L. G. M, comunicação oral, 2013).

Metodologicamente, o texto resulta de informações bibliográficas, documentais (SEVERINO, 2007) e pesquisa qualitativa de campo (POUPART, 2010) fortemente marcada por um viés etnográfico (ANDRÉ, 1998; OLIVEIRA, 1996). Foram realizadas observações *in loco*, entrevistas não diretivas, experiências e vivências junto ao objeto pesquisado, com a utilização de máquina fotográfica, gravador de voz e caderno de campo, instrumentos de

pesquisa capazes de recolher evidências como: discursos, situações cotidianas e imagens suscetíveis de serem utilizadas como fonte primária de dados do real.

O texto está dividido em quatro partes, a saber: primeiramente a introdução onde são colocados os objetivos do texto e o seu objeto de análise. Posteriormente tem-se uma discussão conceitual sobre as macrotendências da EA a partir do que expõem Layrargues e Lima (2011) dentre outros (FOLADORI, 2001; LEONARDI, 1997; LOUREIRO, 2008; 1999; SORENTINO, 1995). Após esta apresentação conceitual, faz-se uma exposição analítica do Projeto de EA “Saneamento e Cidadania” buscando relacionar os aspectos teóricos com a pesquisa de campo. Ao final, apresenta-se uma conclusão (considerações finais) em que se ressaltam as características preponderantes do projeto analisado, o qual ratifica a hegemonia do viés ideológico-conceitual próprio das análises conservadoras, que dominam a EA no estado do Pará.

## **CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: AS MACROTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Desde os primeiros encontros do início da década de 1970, que colocaram na agenda mundial a chamada questão do meio ambiente (LEONARDI, 1997), até aos dias atuais a EA configurou-se como um tema relevante para as mais diferentes áreas do conhecimento. Resultante de percepções da realidade próprias da racionalidade cientificista, tecnicista e cartesiana tradicional (SANTOS, 2003), a EA surge desconectada de uma compreensão inter-relacional mais ampla dos processos reais, voltada principalmente para mitigação dos efeitos deletérios advindos do modo de produção e consumo capitalista em diferentes escalas espaço-temporais.

Do ponto de vista das ideologias e utopias<sup>2</sup> próprias do campo científico<sup>3</sup>, a EA pode ser percebida atualmente como um tema disputado por agentes acadêmicos ligados a diversas correntes epistemológicas, com múltiplas proposições teóricas e possibilidades de

---

<sup>2</sup> Mannheim (1982) chama de ideologia todas as ideias que tendem a legitimação da ordem estabelecida. Por outro lado, as ideias que contribuem para a transformação do *status quo* vigente são colocadas por este autor como utopias.

<sup>3</sup> Para Bourdieu (1983) a compreensão de campo parte do princípio de que no atual estágio desenvolvimento do sistema capitalista, há espaços próprios, autônomos e com uma lógica específica de funcionamento, dentro do qual os processos de concorrência e disputa internas se dão de maneira peculiar aos princípios fundantes de cada campo. No campo científico, por exemplo, o acúmulo capital cultural (realização de cursos e diplomas, publicações, convites para eventos científicos, premiações etc.) é base sobre a qual os agentes deste campo legitimam suas lideranças (dominantes), bem como percebem os liderados (dominados). Quanto maior o capital cultural, maior o prestígio, o reconhecimento de seus pares e a autoridade do agente no campo.

intervenção prática na sociedade. Pode-se dizer que há uma hegemonia<sup>4</sup> por parte de algumas dessas correntes que, direta ou indiretamente, concorrem entre si pela autoridade legítima de dizer e fazer sobre os processos educacionais ambientais no âmbito formal ou não formal<sup>5</sup>.

Em meados da década de 1990 Sorrentino (1995) identificou em sua tese de doutoramento, pelo menos quatro correntes de EA (Conservacionista; ao Ar Livre; Gestão Ambiental e; Economia Ecológica). Sauv  (2005 *apud* LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 7) apresenta a Educa es Ambientais associada a outras denomina es acad micas como “[...] Humanista, Conservacionista, Sist mica, Problematizadora, Naturalista, Científica, Moral, Biorregionalista, da Sustentabilidade, Crítica, Etnográfica, Feminista, entre outras possibilidades nos contextos nacionais e internacionais”.

Mais recentemente Layrargues e Lima (2011) apontaram que há atualmente três macrotendências coexistindo e pleiteando a hegemonia simbólica e objetiva no campo da EA brasileira.

Na prática, isso significa que existem muitos caminhos possíveis de conceber e de realizar os meios e os fins da Educa o Ambiental. Dependendo desse conjunto complexo de circunstâncias, alguns atores escolhem um determinado caminho, outros escolhem um caminho diferente: uns crêem ser determinante o desenvolvimento da afetividade e sensibilidade na rela o com a natureza, outros entendem que   fundamental conhecer os princípios e fundamentos ecológicos que organizam a Vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio comportamento em rela o   natureza, outros estão seguros que   preciso articular o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 6).

Para esses autores as macrotendências de EA são: a conservacionista, a pragmática e a crítica. A conservacionista busca implementar “[...] uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do ‘conhecer para amar, amar para preservar’, orientada pela conscientiza o ‘ecológica’ e tendo por base a ciência ecológica” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5). A pragmática traz como mote principal de a o a mitiga o dos chamados problemas ambientais a partir de métodos e técnicas que envolvem a reutiliza o de resíduos sólidos e orgânicos, coleta seletiva e a reciclagem do lixo, racionaliza o do uso da água, etc. Na atualidade, afirmam os autores, essa tendência da EA foca suas discussões na ideia do consumo

---

<sup>4</sup> Hegemonia no mesmo sentido de consenso, ou seja, de um discurso com maior capacidade de legitima o no campo acad mico, ou que se propõe como detentor do monopólio da autoridade de dizer verdades acerca do real (CHAUI, 1997).

<sup>5</sup> Para efeito deste artigo, partir-se-  das coloca es didáticas de Leonard  (1997) que identifica a educa o ambiental formal aquela que   desenvolvida no contexto das atividades da escola básica pública ou privada e a modalidade não formal desenvolvida em ambientes não escolares como, por exemplo, sindicatos, ONGs, secretarias de governo etc.

sustentável. “[...] a pauta educativa se afasta da dimensão puramente ecológico-conservacionista e se aproxima da esfera da produção e consumo, embora voltada exclusivamente aos recursos ambientais sem quaisquer considerações com a dimensão social (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8).

Como contraponto a essas duas vertentes da EA surge no início dos anos de 1990 a chamada tendência crítica da EA, a qual vem questionando o viés conservador e ideológico das correntes conservacionista e pragmática que não tocam nos aspectos estruturais da sociedade vigente, ficando apenas e tão somente em propostas reformistas de partes ou setores sociais, com proposições de mudança de costumes e hábitos

[...] que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade [...]. Dessa forma, essa vertente que responde à ‘pauta marrom’ por ser essencialmente urbano-industrial, acaba convergindo com a noção do Consumo Sustentável, que também se relaciona com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as eco-tecnologias legitimadas por algum rótulo verde, a diminuição da ‘pegada ecológica’ e todas as expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas, demográficas, comportamentais (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9).

De fato, a tendência crítica da EA vem se apresentando como uma possibilidade de alternativa contra-hegemônica, primeiramente mostrando o caráter conservador e ideológico das vertentes conservacionista e pragmática, identificando os problemas ambientais atuais e analisando-os como fenômenos derivados dos processos econômicos, políticos e sociais próprios do modo de produção capitalista. Precisamente, são as contradições materiais e simbólicas internas a esse sistema produtivo e reprodutivo que precisa ser apresentado, analisado, discutido e questionado para que se entenda aos problemas ambientais, vistos agora não a partir deles mesmos, mas inseridos nas relações sociais de produção no atual estágio de desenvolvimento capitalista.

Para Layrargues e Lima (2011) essa nova proposta de EA tem suas bases epistemológicas nas ideias freireanas da educação popular, em autores marxistas e neomarxistas, na ecologia política e na chamada teórica crítica as quais trazem consigo a necessidade

[...] de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas. Trazem então uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza. Por essa perspectiva não era possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais; afinal, a crise ambiental não expressava problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. As causas constituintes dos problemas ambientais tinham origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalecentes (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8).

O que se observa é que o viés conservacionista está historicamente ligado aos processos que deram início à construção do campo da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), mas também muito próximo do chamado mito moderno da natureza intocada proposto por Diegues (1996) que, dentre outras coisas, se baseia em uma concepção ambiental de que há lugares com beleza cênica e paisagística que precisam ser protegidos da presença humana, essencialmente nefasta aos ecossistemas naturais, particularmente naqueles espaços ainda supostamente não antropizados. Diegues aponta que esta concepção é típica das classes médias urbanas europeias e norte-americanas, as quais olham para a natureza como uma realidade apartada da sociedade e que deve ser mantida intacta para ser contemplada e admirada em sua beleza selvagem.

Pode-se resumidamente colocar a macrotendência conservacionista como uma visão biologizante do meio ambiente afastando-se dos processos sociais. Por outro lado, a EA pragmática constitui-se em uma sofisticação dessa visão conservadora comportamentalistas e individualistas, ligando-se aos aspectos relacionados às mudanças tecnológicas e econômicas e buscando conscientizar as pessoas para que tenham prática ecologicamente corretas, ou seja, consumido produtos certificados, utilizando energia limpa, reaproveitando a água, tudo dentro da perspectiva do chamado consumo consciente. Esta macrotendência tem o apelo da chamada indústria cultural<sup>6</sup> (televisão, rádio, revistas, jornais escritos, camisetas, outdoors etc.) e se configura como um paradigma hegemônico na atualidade.

A EA crítico/emancipatória pode ser caracterizada como um paradigma emergente e contra-hegemônico, que busca discutir as chamadas “questões ambientais” como um fenômeno derivado de processos que se desdobram historicamente e que tem no sistema social, econômico, cultural e político capitalista suas bases explicativas. Portanto, o problema não reside no uso que se faz da natureza, afinal isso é inexorável na medida em que é imperativo atender às necessidades básicas da vida humana. Contudo, o que precisa ser discutido e superado é a velocidade e intensificação das transformações atuais da natureza pautadas nos interesses do modo de produção capitalista. Como afirma Foladori, “[...] uma vez surgidas as sociedades de classes, a dominação e a exploração de uma classe sobre outras se traduzem simultaneamente, num comportamento de exploração e dominação da natureza.” (FOLADORI, 2001, p. 108). A seguir apresenta-se um quadro-síntese das três macrotendências da EA.

---

<sup>6</sup>Para Horkheimer e Adorno (1997) a arte na sociedade capitalista tornou-se uma mercadoria como outra qualquer. Impulsionada pela racionalidade pragmática própria da lógica do mercado, a chamada indústria cultural lança sobre as massa uma “enchurrada” de informações ideológicas (mantenedoras do *status quo* capitalista), as quais corroem sua capacidade crítica, formatando uma certa percepção alienada e alienante dos trabalhadores, fomentando o individualismo e facilitando os processo de dominação, principalmente de classe.

QUADRO 1: AS TRÊS MACROTENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: VISÕES SOCIAIS DE MUNDO		
Educação Ambiental Conservacionista	Educação Ambiental Pragmática	Educação Ambiental Crítica/Emancipatória
<p>■ Marcotendência histórica que inaugura os debates acerca da EA;</p> <p>■ <b>Temas principais:</b> biodiversidade, ecoturismo, unidades de conservação, preservação de biomas específicos etc.</p> <p>■ <b>Princípios educativos:</b> os problemas ambientais são passíveis de serem corrigidos pela difusão de informações sobre o meio ambiente, pela utilização dos produtos do desenvolvimento científico e tecnológico e pela conscientização e sensibilização das pessoas;</p> <p>■ <b>Posição acadêmico-científica:</b> Predomínio das ciências naturais em detrimento das ciências humanas e sociais, com maior ênfase ao campo ambiental e menor importância ao educacional;</p> <p>■ <b>Ação educativa:</b> conscientização ecológica a partir de práticas educativas comportamentalistas que promovam o contato com a natureza de maneira afetiva com o lema conhecer para amar, amar para preservar.</p>	<p>■ Marcotendência hegemônica da EA na atualidade;</p> <p>■ <b>Temas principais:</b> a questão do lixo, coleta seletiva, reciclagem dos resíduos, consumo sustentável, mercado verde, uso de energia limpa etc;</p> <p>■ <b>Princípios educativos:</b> o ser humano é visto como um ente genérico e abstrato, causador e vítima da crise ambiental que pode ser resolvida pelo autoconhecimento individual e capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza. Daí a necessidade de uma EA com conteúdo, instrumentos e normas que viabilizem o repasse de conhecimentos para as pessoas desde a mais tenra idade;</p> <p>■ <b>Posição acadêmico-científica:</b> crença na neutralidade da ciência e da tecnologia para a implementação de um desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e regulação a partir do mercado.</p> <p>■ <b>Ação educativa:</b> EA com ações individuais e comportamentais no âmbito público, privado/doméstico, com informações e uso das inovações tecnológicas como alternativa aos problemas ambientais baseado na lógica do “cada um fazer a sua parte”.</p>	<p>■ Marcotendência da EA contra-hegemônica;</p> <p>■ <b>Temas principais:</b> cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental, mudança social etc.</p> <p>■ <b>Princípios educativos:</b> a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza a partir do modo de produção e consumo capitalista. Por isso a necessidade de articulação do “problema ambiental” com as dimensões sociais, políticas e econômicas criticando a percepção de um indivíduo genérico, abstrato e deslocado de sua condição social. A partir dessa crítica, a EA deve promover o questionamento da sociedade capitalista atual em sua totalidade, com emancipação das pessoas em seus processos coletivos na busca pela transformação da sociedade;</p> <p>■ <b>Posição acadêmico-científica:</b> a ciência e a tecnologia são produtos do processo social, o qual está condicionado pelas intencionalidades que o compõem, principalmente aquelas relacionadas às classes sociais estruturais ao modo de produção capitalista;</p> <p>■ <b>Ação educativa:</b> abordagem pedagógica que problematize sociologicamente as interfaces entre sociedade e natureza, incorporando ao debate as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise. Os procedimentos educacionais ambientais devem vincular suas práticas educativas às lutas democráticas e aos ideais de emancipação humana.</p>

Fonte: Construído pelo autor a partir de Layrargues e Lima (2011).

## RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA: O PROJETO SANEAMENTO E CIDADANIA

O Projeto de EA Saneamento e Cidadania é desenvolvido pela COSANPA dentro de suas instalações prediais no PEUt. Conforme informações da técnica que coordena as atividades, o projeto existe há pelo menos 7 anos e

[...] surgiu da necessidade de conscientizar a população que vive no entorno do PEUt, de que esta é uma área especialmente protegida, pois além de abrigar espécies da flora e da fauna amazônica também tem como função primordial proteger os lagos que abastecem com água potável a cidade de Belém. Com o projeto em andamento, algumas escolas começaram a procurar a COSANPA para receberem as orientações de como é feita a captação da água do Rio Guamá até chegar às residências, além de receberem lições de como evitar o desperdício e a contaminação da água, através de peças teatrais e cartilhas explicativas. Depois de atender as escolas públicas, o projeto estendeu-se para escolas particulares, praças, hospitais, igrejas, grupos religiosos, centros comunitários, grupo de menores infratores entre outros (Técnica Social L. G. M, comunicação oral, 2013).

Inicialmente, afirmou a coordenadora do projeto, a COSANPA procurava a comunidade. Mas atualmente é a comunidade que tem procurado para obter informações no que diz respeito ao tratamento da água.

### O Projeto Saneamento e Cidadania objetiva

[...] estabelecer uma relação positiva e integrada entre a empresa [COSANPA] e comunidade, a fim de despertar e contribuir para o desenvolvimento da consciência dos visitantes quanto ao uso racional da água, com ênfase na necessidade de evitar desperdícios e na preservação dos mananciais, pois a qualidade da água que abastece a população não depende exclusivamente da empresa, mas da cooperação de cada cidadão [...].

Implementar ações sócio educativas ambientais, utilizando o espaço físico e geográfico da Estação de Tratamento de Água- ETA Bolonha e Água Preta, com ações educativas atendendo a comunidade escolar pública e privada, além do público geral da região metropolitana, visando o eu envolvimento, conscientização e valorização quanto ao uso racional da água e a preservação dos recursos hídricos (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012, p. 2).

As atividades do Projeto são muito simples. Inicialmente os visitantes são levados para um pequeno auditório, onde lhes é mostrado um documentário de aproximadamente 15 minutos. O vídeo é autoexplicativo e informa aspectos relacionado à distribuição da água no planeta e o seu uso pelos seres humanos, animais e vegetais. Mostra também o processo de captar, tratamento e distribuição da água potável feita pela estação de tratamento para a população consumidora. Ao terminar a projeção do vídeo, é dada a

palavra para um engenheiro da COSANPA, geralmente um químico de controle de qualidade da água. Este faz uma explanação acerca do processo de potabilidade da água, a maneira como é feita a distribuição ficando sua explanação voltada especificamente para a sua área de atuação, no caso a Química.

Após esse momento, os visitantes são levados (em geral por uma estagiária) até o local onde ficam os tanques de tratamento de água, dando informações acerca das várias etapas do processo de potabilidade da água até ser destinada às residências. Após as rápidas explanações do processo de potabilidade da água a visita se encerra e as pessoas são convidadas a se retirarem do local.



Figuras 1, 2, 3 e 4: Auditório da COSANPA e os tanques de tratamento da água. Foto: José Bittencourt da Silva, 2014.

Conforme as observações e relatos orais dos agentes governamentais envolvidos com o Projeto Saneamento e Cidadania, pode-se depreender uma gama considerável de possibilidades analíticas. De início vale ressaltar que todos os sujeitos da pesquisa reconheceram a importância da EA para a qualificação da visão das pessoas quanto aos problemas ambientais da atualidade. E mais, reconheceram a importância das UC paraenses nesse processo, em particular quanto ao papel do PEUt como um espaço preservado e pertencente à coletividade. Todavia, na prática tem-se uma realidade educacional ambiental problemática e que merece uma abordagem crítica acerca do que foi percebido.

Leff (2011) afirmou que o meio ambiente precisa ser compreendido como uma rede complexa de fenômenos naturais, sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Para tanto, faz-se necessária uma metodologia capaz de mediar a busca de um saber que problematize o real percebido, ou seja, que contribua com a construção um campo de conhecimento teórico e prático orientado para rearticulações críticas entre sociedade-natureza. Isso não se observa atualmente no PEUt, em que pese seu potencial educativo.

Ao analisar as atividades educativas ambientais do Projeto Saneamento e Cidadania, bem como seus documentos e cartilhas explicativas, observa-se uma certa ausência de solidez de conteúdo, com insuficientes informações capazes de gerar o debate problematizador, reflexivo e criativo sobre as causas dos “problemas ambientais”, os quais

necessitam de reflexões mais abrangentes, que leve em consideração as múltiplas esferas da vida humana, as quais fazem parte de estruturas próprias do sistema capitalista e que geram o estado de coisas vigentes.

De fato, não se observou nenhuma crítica à indústria poluidora do ar e dos rios, ao agronegócio que desmata, utiliza agrotóxicos, polui lençóis freáticos e extermina ecossistemas inteiros com perdas indelévels de biodiversidade. No tocante às políticas públicas não se ouviu uma só palavra quanto ao papel do Estado, em particular do Estado Paraense que, aliás, até o presente momento não possui uma lei que institucionalize uma política de EA para esta unidade federativa, o que fragiliza os movimentos sociais quando às reivindicações neste campo educacional.<sup>7</sup>

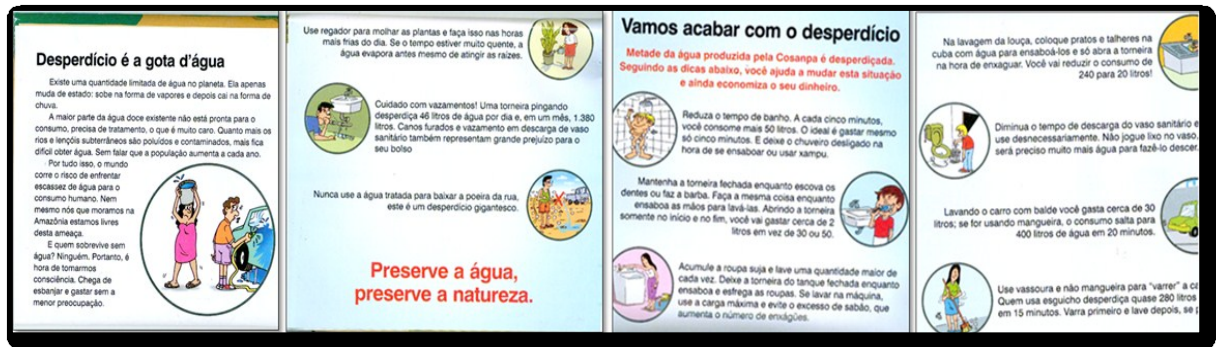
Em que pese os esforços individuais de pessoas “bem intencionadas, voluntárias, com amor pela causa ambiental”, as práticas educativas ambientais do Projeto Saneamento e Cidadania estão colocadas dentro da macrotendência conservacionista da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). O Projeto objetiva conscientizar pessoas a partir da transmissão de informações sobre o meio ambiente (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012), mostrando situações da vida cotidiana doméstica na busca pela sensibilização individual, levando à frente o lema clássico da tradicional forma de se fazer EA: “conhecer para amar, amar para preservar” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 5).

Com base em Loureiro (2008; 1999) pode-se dizer que este projeto apresenta uma visão metafísica de homem e sociedade, como se as pessoas estivessem sozinhas no mundo e não fizessem parte dos processos sociais, econômicos e culturais próprios do capitalismo, ou seja, uma sociedade classista e com interesses e intencionalidades individuais e grupos diferentes, em que as classes dominantes tem se preocupado muito pouco com as externalidades dos processos produtivos.

No contexto do Projeto da COSANPA tem-se uma cartilha explicativa (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012), abordando a maneira como a água é capitada, tratada e distribuída para a Região Metropolitana de Belém, estado do Pará, bem como expõe a forma correta de utilização da água dos cidadãos, com a clara intenção de mostrar que o desperdício doméstico de água precisa ser combatido por cada um de nós, conforme ilustração a seguir.

---

<sup>7</sup> Conforme informações recolhidas junto a Diretoria de Unidades de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA), ainda não se conseguiu aprovar um marco legal que garanta a construção de uma Política Estadual de Educação Ambiental para o estado paraense.



Figuras 5, 6, 7 e 8: Imagens da cartilha do projeto saneamento e cidadania. Observa-se um apelo às práticas de racionalização do uso da água nos espaços domésticos (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2012).

O que se observa nesta cartilha da COSANPA é que ela objetiva mostrar para as pessoas às boas práticas humanas de utilização da água, ou seja, expõe qual seria o papel dos cidadãos para a preservação e garantia de água potável para todos, demonstrando como a água deveria ser utilizada de maneira racional e parcimoniosa quando formos fazer nossa higiene pessoal ou lavar nossos objetos particulares. Porém não apresenta o que ocasiona a escassez ou o encarecimento do processo de tratamento e distribuição de água potável, como por exemplo, a ausência de políticas públicas voltadas ao saneamento, tratamento dos esgotos sanitários e águas pluviais.

À revelia de uma postura mais crítica da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2011; LOUREIRO, 2007, 2008, 1999) e muito mais próxima de uma EA conservadora, as práticas de EA dos agentes governamentais no contexto do Projeto em análise, tratam os problemas ambientais de maneira reducionista. Ou a questão ambiental é percebida como um problema de descumprimento das normas legais, ou como ausência de sensibilidade de cada pessoa em relação à natureza.

As atividades do Projeto Saneamento e Cidadania (palestras, vídeos, visitas às instalações da COSANPA, utilização de cartilhas etc.) são práticas pouco analíticas e extremamente ideológicas, na medida em que são negligenciados (às vezes de modo intencional) aspectos imprescindíveis para a compreensão dos “problemas ambientais”, particularmente quanto ao uso da água, como por exemplo os processos produtivos fabris e agro econômicos capitalistas e a ausência de políticas públicas voltadas às melhorias urbanas a saber: política habitacional, tratamento de gosto e das águas das chuvas, educação de qualidade etc.

O problema da pobreza não é sequer tocado pelos agentes governamentais envolvidos com o Projeto EA da COSANPA. Como mostra Pedrini (2002, p.73)

Educação Ambiental é um processo para propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permita adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Na contramão desse debate, o Projeto focaliza seus esforços “conscientizantes e sensibilizantes” na conduta ética (abstrata) das pessoas em relação ao meio ambiente, este de fato tido como uma realidade apartada dos processos conflitantes próprios da sociedade capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância do PEUt para a população belenense e região circunvizinha é inquestionável, quer seja do ponto de vista paisagístico e lúdico, quer seja do ponto de vista dos serviços ambientais que ele oferece. O Parque é um espaço para caminhadas, contemplação, turismo de trilhas, visitas escolares etc. Por outro lado, ele abriga em seu interior os lagos Bolonha e Água Preta, mananciais que servem de reservatórios para depósito, captação e tratamento da água que é distribuída e consumida por grande parte da população moradora da região metropolitana de Belém.

Pelo que se depreende das observações, vivências e entrevistas em campo, a EA desenvolvida nesta Unidade de Conservação é pouco eficaz e ideologicamente ligada à chamada EA Conservacionista, calcada nas ciências naturais, na conscientização individualista e abstrata das pessoas e na ideia do conhecer para proteger. No contexto do projeto Saneamento e Cidadania da COSANPA, observou-se que suas atividades ficam ao nível da simples visita, com informações (e curiosidades) de aspectos físico-químicos da água, mas com pouquíssimas referências aos aspectos sociais e políticos que engendram os debates sobre a crítica reflexiva acerca dos chamados problemas ambientais.

Para além dessas limitações teórico-ideológicas e práticas, observou-se que o projeto Saneamento e Cidadania funciona pela “boa vontade” de algumas pessoas “preocupadas” com o problema da água em Belém. Isso denota o descaso governamental com esta esfera formativa da vida coletiva de Belém e do Pará, ainda que seja um tipo de EA legitimadora do *status quo* vigente capitalista periférico amazônico.

Enfim, essa realidade do projeto Saneamento e Cidadania reflete o desprestígio e a ausência de uma política governamental voltada para a construção de práticas educativas ambientais de maneira coordenada e coerente com as necessidades dos cidadãos paraenses. O projeto em tela também reflete a hegemonia das macro-tendências conservadoras (conservacionista e pragmática) da EA em detrimento da chamada EA Crítica, que analisa os atuais problemas ambientais enquanto fenômenos derivados dos processos econômicos, políticos e sociais próprios do modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia da prática escolar**. 2ª ed. Campinas: SP: Papyrus, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Ortiz, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- BRASIL. Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: UCITEC/NUPAUB-SEC/USP, 1996.
- FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: ABDR, 2001.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto Saneamento e Cidadania: o caminho da água**. Belém: COSANPA, 2012 (Cartilha).
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento** (Tradução de Guido Antônio de Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.113-156.
- LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A Educação Ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto: **Anais**, 2011. p. 1-15.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. (Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth). 8 Ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. *In*: TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos (Org.). **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume Editora, 2007, p. 13-56.

\_\_\_\_\_. **Proposta Pedagógica** – Educação Ambiental no Brasil. *In*: Educação Ambiental no Brasil. Salto para o futuro. TV Escola, ISSN 1982-0283. Secretaria de Educação à Distância. Ministério da Educação. Governo Federal, nº: XVIII; boletim 01 – Março, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *In*: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 07 ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

PEDRINI, Alexandre de G. **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas: 5 ed., Petrópolis: Vozes 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *In*: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-35, 1996.

POUPART, Jean (*at. al.*). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 215-253 (Coleção Sociologia).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortex, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed., São Paulo: Cortez, 2007.

SORENTINO, Marcos. **Educação ambiental e universidade**: um estudo de caso. 1995. 335f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 1995.

*Recebido em: 21-04-2015.  
Publicado em: 09-12-2015.*